

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
		31/12/2012	(reapresentado)	(reapresentado)	31/12/2011	(reapresentado)	(reapresentado)	31/12/2011	(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.473	14.944	6.970	353.030	85.170	30.715			
Contas a receber	5	352.805	97.821	37.216	843	321	276			
Estoques	6	73	113	345	7.376	10.458	3.498			
Impostos a recuperar	7	3.101	891	24	18.602	12.897	-			
Créditos contratuais	16	99.532	87.362	-	16.671	10.955	8.894			
Despesas antecipadas		-	-	456	46.704	15.244	-			
Outros créditos		706	158	702	109.847	49.167	-			
Total do ativo circulante		575.690	201.289	45.713	553.767	184.734	44.601			
NÃO CIRCULANTE										
Impostos diferidos	20.1	3.273	3.782	-	7.503	4.887	-			
Impostos a recuperar	7	45	4.336	4.883	44.100	3.797	193.997			
Créditos contratuais	16	44.100	3.797	193.997	317	280	-			
Intangível	8	144.604	136.136	130.896	71.982	81.853	84.908			
Diferido	9	6.756	7.610	8.461	123.902	90.817	278.905			
Outros créditos		7	-	-	-	-	-			
Total do ativo não circulante		198.785	155.661	338.237	123.902	90.817	278.905			
TOTAL DO ATIVO		774.475	356.950	383.950	774.475	356.950	383.950			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Fornecedores	10	353.030	85.170	30.715	843	321	276			
Obrigações trabalhistas	11	843	321	276	7.376	10.458	3.498			
Impostos a recolher		-	-	-	18.602	12.897	-			
Dividendos a pagar	13.3	-	-	-	16.671	10.955	8.894			
Convênio Eletrobras	12	-	-	-	46.704	15.244	-			
Impostos diferidos	20.1	-	-	456	109.847	49.167	-			
Obrigações contratuais	16	-	-	702	694	522	1.218			
Outras contas a pagar		-	-	-	-	-	-			
Total do passivo circulante		553.767	184.734	44.601	553.767	184.734	44.601			
NÃO CIRCULANTE										
Impostos diferidos	20.1	7.503	4.887	-	44.100	3.797	193.997			
Obrigações contratuais	16	44.100	3.797	193.997	317	280	-			
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	14	-	-	-	71.982	81.853	84.908			
Convênio Eletrobras	12	-	-	-	123.902	90.817	278.905			
Total do passivo não circulante		123.902	90.817	278.905	123.902	90.817	278.905			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	13	81.019	81.019	78.391	9.587	905	-			
Reservas de lucro		-	-	-	6.200	4.299	-			
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(4.824)	(17.947)			
Prejuízos acumulados		-	-	-	96.806	81.399	60.444			
Total do patrimônio líquido		96.806	81.399	60.444	96.806	81.399	60.444			
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		774.475	356.950	383.950	774.475	356.950	383.950			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			reserva legal	incentivo fiscal			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011 (reapresentado)		78.391	-	-	-	(17.947)	60.444
Integralização de capital	13.1	2.628	-	-	-	-	2.628
Lucro do exercício		-	-	-	-	31.224	31.224
Constituição de reserva legal	13.2	-	905	-	-	(905)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1818 por ação)		-	-	-	-	(12.897)	(12.897)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	-	4.299	(4.299)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (reapresentado)		81.019	905	-	4.299	(4.824)	81.399
Pagamento de dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	-	(4.299)	-	(4.299)
Lucro do exercício		-	-	-	-	38.308	38.308
Constituição de:							
Reserva legal	13.2	-	1.674	-	-	(1.674)	-
Reserva de incentivo fiscal	20.2	-	-	7.008	-	(7.008)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,2622 por ação)	13.3	-	-	-	-	(18.602)	(18.602)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	-	6.200	(6.200)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		81.019	2.579	7.008	6.200	-	96.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2012		31/12/2011	
		31/12/2012	(reapresentado)	31/12/2011	(reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	15	1.267.756	651.887		
CUSTO					
Custo dos produtos vendidos	18	(1.191.584)	(587.574)		
Custo dos serviços de construção	18	(12.947)	(11.254)		
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS		63.225	53.059		
Despesas gerais e administrativas	18	(17.484)	(11.235)		
Outras receitas (despesas) operacionais	18	77	(271)		
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		45.818	41.553		
RESULTADO FINANCEIRO					
Receita financeira	19	25.429	10.623		
Despesas financeiras	19	(26.022)	(14.383)		
Total		(593)	(3.760)		
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		45.225	37.793		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Impostos diferidos	20.1	(3.125)	(1.105)		
Impostos correntes		(3.792)	(5.464)		
Total	20.2	(6.917)	(6.569)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.308	31.224		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
1. INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS ("Companhia") é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual no 2.325 de 08 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria

petroquímica ou de fertilizante ou como oxí-reductor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir de 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual no 3.690 de 21 de dezembro de 2011. Em 21 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Estadual no 3.690 que altera o termo inicial do prazo da concessão da Cigás definindo que a data final da concessão é de 31 de janeiro de 2040.

A Companhia assinou em 1º de junho de 2006 contrato com a Petrobras, com intervenção da Manaus Energia S.A., Eletronorte e Eletrobras, de compra e venda de gás natural, o qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2012		2011	
		2012	(reapresentado)	2011	(reapresentado)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro do exercício		38.308	31.224		
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Amortização do intangível e do diferido	8,9,18	5.971	6.865		
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	14	37	280		
Constituição de impostos diferidos	20.1	34.585	16.349		
Encargos provisionados - Convênio Eletrobras (Aumento) redução nos ativos operacionais:	12	6.517	7.659		
Contas a receber		(254.984)	(60.605)		
Estoques		40	232		
Impostos a recuperar		(2.255)	(320)		
Créditos contratuais		(52.473)	(87.362)		
Despesas antecipadas		-	456		
Outros créditos		(555)	544		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		267.860	54.455		
Obrigações trabalhistas		522	45		
Impostos a recolher		6.141	8.453		
Obrigações contratuais		100.983	49.167		
Outras contas a pagar		172	(696)		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.225)	(1.493)		
Encargos pagos	12	(2.513)	(2.189)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais		139.133	23.064		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adição ao intangível	8	(9.249)	(11.254)		
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(9.249)	(11.254)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização - Convênio Eletrobras	12	(8.301)	(6.846)		
Adição - Convênio Eletrobras	12	142	382		
Pagamento de dividendos	13.3	(17.196)	-		
Integralização do capital social	13.1	-	2.628		
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(25.355)	(3.836)		
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		104.529	7.974		
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	14.944	6.970		
No fim do exercício	4	119.473	14.944		
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		104.529	7.974		
Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa					
Provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	13.3	18.602	12.897		
Reclassificação de critérios tributários para o ativo intangível	7, 8	4.336	-		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO

cúbicos por dia de gás canalizado. Assinou nesta mesma data, contrato de fornecimento de gás natural para geração termelétrica, com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (anteriormente denominada Manaus Energia S.A.), com intervenção da Petróbras, Eletronorte e Eletrobras, pelo prazo de 20 anos, com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia.

Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a Companhia assinou, em dezembro de 2006, com Eletrobras, um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa no 12.

Em 19 de dezembro de 2005, a Companhia iniciou uma operação parcial de distribuição de gás natural, para atendimento ao Projeto Experimental de Uso de Gás Natural Zona Franca Verde, através de contratos de compra e venda de Gás Natural firmados com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petróbras. Em dezembro de 2010 a Companhia iniciou a maior parte de suas operações com a entrada dos ramais de distribuição de gás para as termoeletricas e durante o exercício de 2011 a Companhia aumentou o fornecimento de gás para as termoeletricas.

Em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras o terceiro aditivo do contrato de compra e venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade diária contratual, que segue uma curva de volume incremental de fornecimento do gás natural até 2014, ano em que fixa o valor de 5.500 m³ por dia.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações são apresentadas em reais – R\$ - a moeda funcional da Companhia.

2.4 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais; (iii) estimativa de fornecimento de gás para mensuração dos encargos do convênio Eletrobras; (iv) realização de créditos fiscais diferidos; (v) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5. Representação das demonstrações financeiras – aplicação do CPC 23 – "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"

A Companhia revisou as práticas contábeis relativas à contabilização do Convênio Eletrobras e verificou que os saldos contábeis não refletiam todos os impactos necessários nas demonstrações financeiras. Desta forma elaborou os cálculos necessários das obrigações, conforme detalhado na nota explicativa no 12. As obrigações foram capitalizadas até o final da construção dos dutos de gás para abastecimento das termoeletricas – "Ramais Termoeletricos" - e após isso foram reconhecidas no resultado do exercício respectivo.

Desta forma, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme estabelecido no CPC 23 – "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Os efeitos dessa representação estão demonstrados a seguir:

Adicionalmente, foi reclassificado do circulante para o não circulante - ativo e passivo – o montante de R\$ 3.797 em 2011 e R\$ 193.997 em 2010 para melhor apresentação e comparabilidade.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 Instrumentos financeiros
3.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de reatuação; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima.

Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria material.

No caso da Companhia compreende:
Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa no 4.

Contas a receber

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras, ajustados por perdas estimadas, se necessária.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.1.2 Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" - os quais não são aplicáveis à Companhia - ou "Outros passivos financeiros".

3.1.3.1 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Convênio Eletrobras, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e aloca sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3.2. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

3.2 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

3.3 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nos 1.003/10, 1.261/09 e 1.318/10 que aprovam respectivamente o

de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização, vide nota explicativa no 9.

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.6 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

3.7 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

3.7.1 Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

3.7.2 Receita e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICPC 01 – "Contratos de Concessão" estabelece que o concessionário de serviços públicos deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de gás canalizado), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, vide nota explicativa no 15 e 18.

3.7.3 Receitas e despesas financeiras

Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos conforme demonstrado na nota explicativa no 19.

3.8 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeressem ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

3.9 Imposto de renda e contribuição social
3.9.1 Corrente

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

3.9.2 Diferidos

Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa no 20.

3.9.3 Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição – RTT - foi estabelecido pela Lei no 11.941/09 a fim de manter as mesmas regras de tributação para determinação do resultado tributável vigentes em 31 de dezembro de 2007, independentemente das alterações introduzidas pela Lei no 11.638/07 para práticas contábeis adotadas no Brasil. O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, sendo obrigatório a partir de 2010.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Caixa e bancos	80.415	123	6.637
Aplicações financeiras	39.058	14.821	333
Total	119.473	14.944	6.970

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2012, são representadas por aplicação de CDB do Banco do Brasil S.A. de curto prazo, remunerada à taxa de 100,1% do CDI.

5 CONTAS A RECEBER

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Clientes	352.805	97.821	37.216

O saldo do contas a receber está representado pela seguinte composição por idade de vencimento:

Ativo	Item	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
		original	ajuste	reapresentado	original	ajuste	reapresentado
Ativo circulante		205.086	(3.797)	201.289	239.710	(193.997)	45.713
Ativo não circulante	(a), (b)	142.563	13.098	155.661	135.427	202.810	338.237
Total do ativo		347.649	9.301	356.950	375.137	8.813	383.950
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo circulante	(c)	186.807	(2.073)	184.734	229.704	(185.103)	44.601
Passivo não circulante	(d)	74.619	16.198	90.817	85.267	193.638	278.905
Patrimônio líquido		86.223	(4.824)	81.399	60.166	278	60.444
Total do passivo		347.649	9.301	356.950	375.137	8.813	383.950
Resultado do exercício							
Receita líquida		651.887	-	651.887	83.485	-	83.485
Custo	(a)	(598.533)	(295)	(598.828)	(79.513)	(25)	(79.538)
Despesas		(11.506)	-	(11.506)	(9.100)	-	(9.100)
Resultado financeiro	(d)	3.899	(7.659)	(3.760)	62	303	365
Impostos correntes e diferidos sobre o lucro	(b)	(9.421)	2.852	(6.569)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		36.326	(5.102)	31.224	(5.066)	278	(4.788)

As obrigações incorridas sobre o saldo do Convênio Eletrobras geraram os seguintes impactos nas demonstrações financeiras:

- (a) Aumento do intangível pela capitalização das obrigações durante o período de construção dos ramais termoeletricos - até novembro de 2010 - e a respectiva amortização no resultado do exercício, a partir de então aumentando o custo;
- (b) Reflexos fiscais com aumento nos impostos correntes e diferidos ativos sobre prejuízo líquido e base negativa;
- (c) Reconhecimento no passivo circulante do valor que efetivamente foi pago a Eletrobras no curto prazo; e
- (d) Registro das obrigações incorridas após a conclusão da obra, a partir de dezembro de 2010 e do saldo a pagar no passivo não circulante.

CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPIC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão - janeiro de 2040 - de acordo com o item 42 do OCPIC 05 – Contratos de Concessão, vide nota explicativa no 8.

3.4 Diferido

Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a Lei no 11.941

CONTINUAÇÃO

Clientes	aging					
	a vencer	vencido (dias)				
		0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	Total
Amazons Distribuidora de Energia S.A.	98.986	96.290	89.286	44.172	-	328.734
Breitner Tambaqui S.A.	-	-	-	-	23.739	23.739
Outros	255	77	-	-	-	332
Total	99.241	96.367	89.286	44.172	23.739	352.805

As contas a receber de clientes incluem valores vencidos no final do exercício, para os quais a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores (que incluem juros acrescidos aos recebíveis vencidos) ainda são considerados recuperáveis pela Administração.

A Companhia não constituiu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa pois a maior parte do saldo vencido, que é representado por valores a receber da Amazons Distribuidora de Energia S.A., está atrelado ao saldo de pagamento junto à Petrobras, vide nota explicativa no 10.

O valor a receber no montante de R\$ 23.739 junto ao cliente Breitner Tambaqui S.A. está vinculado ao pagamento a ser efetuado a Petrobras no montante de R\$ 21.873, sendo a diferença o montante referente aos ramais termoeletrônicos e encargos sobre o mesmo.

6 ESTOQUES

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Odores	73	113	179
Material de operação e manutenção	-	-	166
Total	73	113	345

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.070	862	654
ICMS a recuperar - CIAP	-	4.336	4.229
Imposto de renda	2	-	-
Contribuição social	10	-	-
Outros	64	29	24
Total	3.146	5.227	4.907
Circulante	(3.101)	(891)	(24)
Não circulante	45	4.336	4.883

A Companhia reverteu, no exercício de 2012, os créditos tributários relativos a ICMS - CIAP constituído sobre as aquisições do ativo permanente no montante de R\$ 4.336 contra a linha que lhe deu origem - intangível, vide nota explicativa no 8.

8 INTANGÍVEL

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	custo	amortização acumulada	valor líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2011	131.395	(499)	130.896
Adições	11.254	-	11.254
Amortização	-	(6.014)	(6.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	142.649	(6.513)	136.136
Transferência de créditos fiscais (vide nota explicativa nº 7)	4.336	-	4.336
Adições	9.249	-	9.249
Amortização	-	(5.117)	(5.117)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	156.234	(11.630)	144.604

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado celebrado em 18 de novembro de 2002 entre o Poder Concedente e a Companhia (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, onde:

O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;

Após a concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido no contrato de concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores.

De forma a refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, o ativo intangível, em virtude da sua recuperação, está condicionado à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infra-estrutura construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão, atualizado monetariamente conforme os critérios especificados no Contrato de Concessão. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A Companhia iniciou suas operações em dezembro de 2010 e, a partir desse mês também iniciou a amortização do intangível pelo prazo da concessão.

8.1 Análise do valor recuperável dos ativos

No exercício de 2012, a Companhia não identificou evidências que levassem a realizar análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis.

9 DIFERIDO

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Despesa com pessoal	1.547	1.547	1.547
Remuneração da administração	1.031	1.031	1.031
Receitas e administrativas	3.363	3.363	3.363
Impostos e taxas	619	619	619
Prestação de serviços	2.454	2.454	2.454
Receita financeira	(2.533)	(2.533)	(2.533)
Estudos e projetos	2.052	2.052	2.052
Total do custo	8.533	8.533	8.533
Amortização acumulada	(1.777)	(923)	(72)
Total líquido	6.756	7.610	8.461

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os

quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear de acordo com a Lei no 11.941 de 2009.

10 FORNECEDORES

Petróleo Brasileiro S.A.	349.512	84.598	29.632
Vanasa Multigás Engenharia Indústria e Comér	1.826	30	175
KSB Válvulas Ltda.	379	-	274
Tenace Engenharia e Consultoria Ltda.	347	218	-
Outros	966	324	634
Total	353.030	85.170	30.715

O contrato de compra e venda de gás entre a Companhia e a Petrobras estabelece a vinculação dos valores a receber junto à Amazons Distribuidora de Energia S.A. com os valores a pagar junto à Petrobras S.A.

11 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
INSS	98	39	67
IRRF	163	59	41
FGTS	39	27	16
Férias, encargos e outros	543	196	152
Total	843	321	276

12 CONVÊNIO ELETROBRAS

Em 11 de dezembro de 2006 a Companhia assinou um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Amazons Distribuidora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. O objetivo deste convênio é viabilizar, por meio de participação técnica e financeira dos participantes, através de estudo, projeto e implantação de Ramais Termoeletrônicos, a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e a consequente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

Os valores aportados pela Eletrobras serão devolvidos a partir de parte da receita futura da venda de gás da Companhia para a Amazons Distribuidora de Energia S.A. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento dos Ramais Termoeletrônicos pelos usuários, uma parte é cedida à Eletrobras durante o período de 96 meses, desde o início da operação comercial.

A Administração, com base nas estimativas de venda de gás, assim como no valor da tarifa, estabeleceu estimativas de pagamentos futuros considerando o prazo contratual de 96 meses a partir do início da operação - 1º de dezembro de 2010 até novembro de 2018. Considerando o fluxo de caixa total do Convênio assim como as estimativas de pagamento futuro geraram uma taxa efetiva estimada em 1,71% a. Essa taxa, juntamente com o IPCA (índice de reajuste da tarifa do gás), representa a atualização do saldo a pagar junto à Eletrobras.

A estimativa das futuras cessões de parte da receita e consequentemente a taxa efetiva calculada são revisadas mensalmente pela Administração com base nos consumos reais e nos contratos firmados com a Amazons Energia.

As obrigações incorridas até o final da construção dos ramais termoeletrônicos - 30 novembro 2010 - no valor de R\$ 8.838 foram capitalizados no ativo intangível e a partir de então as obrigações foram registradas no resultado do exercício respectivo na linha de despesas financeiras.

A movimentação do saldo do convênio está composto da seguinte forma:

	circulante	não circulante	total
Saldos em 1º de janeiro de 2011 (reapresentado)	8.894	84.908	93.802
Captações	382	-	382
Encargos provisionados	7.659	-	7.659
Encargos pagos	(2.189)	-	(2.189)
Transferências	3.055	(3.055)	-
Amortizações	(6.846)	-	(6.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	10.958	81.853	92.808
Captações	142	-	142
Encargos provisionados	6.517	-	6.517
Encargos pagos	(2.513)	-	(2.513)
Transferências	9.871	(9.871)	-
Amortizações	(8.301)	-	(8.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	16.671	71.982	88.653

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social
O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$ 81.019 (2010, R\$ 78.391).

	31 de dezembro de 2012 e de 2011			
	Quantidade de ações		valor	
	ordinárias	preferenciais	total	valor
Manausgás S.A.	11.586.617	47.292.322	58.878.939	67.251.251
Governo do Estado do Amazonas	12.059.540	-	12.059.540	13.768.768
Outros	5	-	5	-
Total	23.646.162	47.292.322	70.938.484	81.019.019

Durante o exercício de 2011, os acionistas aportaram o montante de R\$ 2.628. Do total do aumento do capital, o montante de R\$ 2.182 foi relativo à integralização do sócio Manausgás e R\$ 446 do Governo do Estado do Amazonas.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social; e

Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.

13.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2012 a Companhia constituiu o montante de R\$ 1.674 (2011, R\$ 905) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

13.3 Dividendos mínimos obrigatórios
Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo:

Lucro líquido do exercício	38.308
Absorção de prejuízos acumulados	(4.824)
Base para constituição de reservas	33.484
Constituição de reserva legal	(1.674)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(7.008)
Base de cálculo dos dividendos	24.802
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	18.602
Total de ações ordinárias e preferenciais	70.938.484
Dividendos mínimos por total de ações ordinárias e preferenciais - em R\$	0,2622

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Valor
Dividendos mínimos obrigatórios em 2011	12.897
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.897
Dividendos adicionais propostos em 2012	4.299
Pagamento de dividendos mínimos e adicionais relativos a 2011	(17.196)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2012	18.602
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.602

14 Dividendos adicionais propostos

A Administração decidiu, ad referendum da Assembleia Geral, propor dividendos adicionais no mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.200 relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 18 de abril de 2012 a Assembleia Geral ordinária aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração relativos ao exercício de 2011 no montante de R\$ 4.229.

14 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	157	79
Cíveis	-	54
Honorários de êxito	160	147
Total	317	280

14.1 Trabalhista

A Companhia é ré em processos trabalhistas movidos por ex-funcionários que reivindicam horas extras, compensações por desvio de funções, verbas rescisórias e outros. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são prováveis, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão para perda, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 montam R\$ 157 (2011, R\$ 79).

14.2 Cível

A Companhia é ré em processo de acidente automobilístico o qual é requerido indenização por danos morais e outros no montante de R\$ 58 (2011, R\$ 54). Com base na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda é possível, a Administração da Companhia decidiu por reverter provisão para perda anteriormente realizada em exercícios anteriores.

14.3 Honorários de êxito

A Companhia se defende de autos de infração movidos pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social - PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, os quais são considerados indevidos pela Administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os assessores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do auto, caso a Companhia obtivesse êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Administração e dos seus assessores jurídicos classificarem tais causas como remotas de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2012 montam R\$ 160 (2011, R\$ 147).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.858 (2011, R\$ 1.370), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são possíveis, não registrou qualquer provisão as demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2012, de 2011 e de 2010.

15 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta	1.010.415	607.113
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay e margem	372.287	98.743
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	12.947	11.254
Total da receita	1.395.649	717.110
(-) Deduções:		
PIS sobre vendas	(22.812)	(11.635)
COFINS sobre vendas	(105.081)	(53.588)
Total das deduções	(127.893)	(65.223)
Receita líquida	1.267.756	651.887

16 CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Créditos contratuais			
Take or pay - commodity	1.352	1.567	-
Ship or pay - transporte	90.917	52.304	-
Margem contratual	7.263	33.491	-
Direito de retirada de gás	21.356	1.918	99.625
Créditos contratuais	22.744	1.879	94.372
Total	143.632	91.159	193.997
Circulante	99.532	87.362	-
Não circulante	44.100	3.797	193.997
Obrigações contratuais			
Take or pay - commodity	-	1.560	-
Ship or pay - transporte	109.847	47.607	-
Obrigações contratuais	21.356	1.918	99.625
Obrigações de fornecimento de gás	22.744	1.879	94.372
Total	153.947	52.964	193.997
Circulante	109.847	49.167	-
Não circulante	44.100	3.797	193.997

Fornecedor Petrobras S.A.

Em 2006 a Companhia assinou contrato de compra e venda de gás natural firmado com o seu fornecedor Petrobras S.A. que estabelece, na cláusula nona, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não fosse atingido, a Companhia deveria pagar à Petrobras a diferença entre o valor mínimo

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO

contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegurava o direito de recuperação de parte do volume durante o ano contratual e a outra parte do volume durante os 60 meses do prazo contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o volume mínimo de compra não atingido pela Companhia monta R\$ 21.356 (2011, 1.918) e, desta forma a Companhia registrou no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/"obrigações contratuais" a obrigação junto à Petrobras. Em contrapartida registrou o mesmo montante no grupo/conta "créditos contratuais"/"direito de retirada de gás" a qual representa o direito de recuperação.

Conforme mencionado na nota explicativa no 1 em 2011, as partes firmaram o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o ano de 2014. Para 31 de dezembro de 2012, o volume mínimo de compra não atingido pela Companhia monta R\$ 109.847 (2011, R\$ 49.167) registrados no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/"take or pay – commodity" e "ship or pay – transporte".

Cliente - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
 O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diárias de gás. Caso este volume não seja atingido, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação, durante os 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2012, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de compra, e dessa forma a Companhia registrou no grupo/conta "créditos contratuais"/"créditos contratuais" o montante a ser recebido do cliente. Em contrapartida registrou o mesmo montante no grupo/conta "obrigações contratuais"/"obrigações de fornecimento de gás", qual representa a obrigação de fornecimento durante os anos seguintes, no montante de R\$ 22.744 (2011, R\$ 1.879).

Conforme mencionado na nota explicativa no 1, em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o ano de 2014. Para 31 de dezembro de 2012, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de compra e, dessa forma, a Companhia registrou nos grupos/contas "créditos contratuais"/"take or pay – commodity", "ship or pay – transporte" e "magem contratual", o montante de R\$ 99.532 (2011, R\$ 87.362).

17 COMPROMISSOS

A Companhia firmou contrato de locação da atual sede da Companhia na ordem de R\$ 460 ao ano com vencimento em 2013.
 Para compromissos relativos à compra e venda de gás, vide nota explicativa no 16.

18 DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2012	2011
Custo do gás vendido	(840.775)	(521.420)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	(12.947)	(11.254)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay	(345.692)	(60.140)
Amortização do intangível e do diferido	(5.971)	(6.865)
Despesas com pessoal	(8.177)	(4.353)
Serviços de terceiros	(3.783)	(2.362)
Aluguéis	(780)	(858)
Despesas gerais	(1.903)	(1.286)
Serviços públicos	(308)	(271)
Viagens	(708)	(365)
Material de uso e consumo	(508)	(230)
Impostos e taxas	(427)	(224)
Outros	41	(706)
Total	(1.221.938)	(610.334)
Classificado como:		
Custo dos produtos vendidos	(1.191.584)	(587.574)
Custo dos serviços de construção	(12.947)	(11.254)
Despesas gerais e administrativas	(17.484)	(11.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	77	(271)
Total	(1.221.938)	(610.334)

19 RESULTADO FINANCEIRO

	2012	2011
Receita financeira		
Receita por recebimento em atraso	23.189	9.473
Rendimento de aplicação financeira	2.223	584
Outras receitas financeiras	17	566
Total de receitas financeiras	25.429	10.623
Juros por pagamento em atraso	(19.178)	(6.583)
Encargos Eletrobras	(6.666)	(7.659)
Outras despesas financeiras	(178)	(141)
Total do resultado financeiro	(593)	(3.760)

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO
20.1 Diferido

Ativo	31/12/2012	31/12/2011
		(reapresentado)
Prejuízo fiscal	-	1.530
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	-	383
Base negativa	-	1.530
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Impostos diferidos sobre base negativa	-	138
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	317	280
Provisão para perda de crédito	9.311	9.311
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Impostos diferidos sobre provisões temporárias	3.273	3.261
Total dos impostos diferidos	3.273	3.782

Passivos diferidos	31/12/2012	31/12/2011
		(reapresentado)
PIS e COFINS (A)	46.704	15.244
IRPJ e CSLL sobre ajustes de RTT (B)	980	741
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	6.523	4.146
Total	54.207	20.131

(A) A Companhia constituiu tributos e contribuições sociais diferidos calculados sobre o lucro não realizado nas operações de distribuição de gás junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. de acordo com o artigo no 409 do decreto 3.000 de 26 de março de 1999.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativa a ajustes oriundos do regime tributário de transição normalizado pela Secretaria da Receita Federal que disciplinou a tributação das novas normas contábeis advindas da Lei no 11.638/07 e dos consequentes pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. O ajuste foi relativo a amortização do intangível conforme explicado na nota explicativa no 8.

Na constituição dos impostos diferidos ativos e passivos foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa) e a alíquota efetiva de 15,25% para aqueles que afetam lucro real e o lucro da exploração.

Resultado

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	2012	2011
		(reapresentado)
Constituição (reversão) de imposto de renda e contribuição social ativo	(509)	3.782
Reversão (constituição) de imposto de renda e contribuição social passivos	(2.616)	(4.887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	(3.125)	(1.105)
PIS e COFINS diferidos passivos	(31.460)	(15.244)
Total de tributos diferidos registrados no resultado	(34.585)	(16.349)

O PIS e COFINS diferido foram registrados na demonstração do resultado do exercício no montante de R\$ 31.460 (2011, R\$ 15.244) na linha de deduções de vendas que compõe a receita líquida.

20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	2012	2011
		(reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.225	37.793
Alíquotas normais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota normal	(15.377)	(12.850)
Compensação de créditos fiscais anteriormente não constituídos	-	7.256
Incentivo fiscal do lucro da exploração	7.008	-
Outros	1.452	(975)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.917)	(6.569)

A Medida Provisória no 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação do ICPC 01, vide nota explicativa no 3.3 e 3.9.3. Abaixo apresentamos o saldo de prejuízo fiscal da companhia:

Abaixo apresentamos o saldo de prejuízo fiscal da companhia:	
Saldo de prejuízo fiscal e base negativa:	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.636
Compensação	(7.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.530
Compensação	(1.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

21 PARTES RELACIONADAS
21.1 Remuneração da administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é representada abaixo:

Descrição	2012	2011
Honorários e encargos sociais	695	436

A Companhia não propicia a seus administradores benefícios de pós-emprego a longo prazo. Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

22 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
Responsabilidade civil de administradores	R\$ 10.000	01/10/2013
Responsabilidade civil geral	25.000	10/12/2013
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	118.150	11/12/2013

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4 c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente

como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Devido às características das operações da Companhia a mesma concentra mais de 99% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 6 termoeletricas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Data de juros efetiva mensa ponderada	Mais de cinco anos				Total
	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 4 e 5 anos	
31 de dezembro de 2012					
Fornecedores e outras contas a pagar	n/a	353.724	-	-	353.724
Convênio Eletrobras	(71%)	14.981	14.981	44.942	13.749
		368.705	14.981	44.942	13.749
31 de dezembro de 2011					
Fornecedores e outras contas a pagar	n/a	85.692	-	-	85.692
Convênio Eletrobras	(71%)	13.410	13.410	40.231	25.755
		99.102	13.410	40.231	25.755

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2012 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as projeções do mercado. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo período, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados seriam positivos.

Aplicações financeiras	Risco		Impacto no resultado e patrimônio
	Saldo	queda do CDI (28%)	

Para expectativa do saldo das aplicações financeiras ao final do exercício foi considerado as taxas futuras da SELIC de 7,25%, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano.

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

24 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 2 de abril de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS
 Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO



COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

CNPJ: 00.624.964/0001-00

posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Amazonas – Cigás em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação e originalmente apresentadas em 22 de março de 2012, estão sendo reapresentadas.

Salvador, 2 de abril de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC - nº 2SP 011.609/O-8 - "F" BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC-BA nº 015.640/O-3 "S" AM

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012 e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.
2. Foram verificadas, também, as propostas para destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A base de cálculo para a distribuição de dividendos é de R\$ 24.805.016,12 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e cinco mil, dezesseis reais e doze centavos). A Diretoria Executiva, conforme previsto no Art. 29 do Estatuto Social e no disposto no Art. 202 da Lei 6.404/76, constituiu provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, correspondente a 75% do lucro do exercício, no montante de R\$ 18.603.762,09 (Dezoito milhões, seiscentos e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e nove centavos). A Diretoria Executiva constituiu reserva para pagamentos de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro do exercício, no montante de R\$ 6.201.254,03 (Seis milhões, duzentos e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e três centavos), a Assembleia Geral Ordinária deverá se manifestar sobre a destinação desta reserva, conforme § 15 do Art. 29 do Estatuto Social.
3. Constatou-se que as propostas retro mencionadas, referendada na CAD de 04 de abril de 2013, não causarão prejuízo aos acionistas e permitem ajustar a estrutura de capital da Companhia ao seu nível de investimento.
4. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes, de 02 de Abril de 2013, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das propostas formuladas pelo Conselho de Administração, incluindo as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012.

Mauá, 05 de Abril de 2013.

Paulo de Andrade Lima Filho
PAULO DE ANDRADE LIMA FILHO
CONSELHEIRO

Afonso Lobo Moraes
AFONSO LOBO MORAES
CONSELHEIRO

Humberto Riella Sobrinho
HUMBERTO RIELLA SOBRINHO
CONSELHEIRO

Diretoria

Diretor Presidente
Lino José de Souza Chixaro

Diretor Administrativo e Financeiro
José Ricardo dos Santos Neto

Diretor Técnico Comercial
Clovis Correia Junior

Sônia Maria Matsui de Paula
Gerente Contábil/Fiscal
CRC: AM 006311/O-5

Conselho

Waldívia Ferreira Alencar

Hermano Darwin Vasconcellos Mattos

Lino José de Souza Chixaro

Heraldo Beleza Câmara

Gianfranco Di Medio

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
CIRCULANTE				CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.473	14.944	Fornecedores	10	353.030
Contas a receber	5	352.805	97.821	Obrigações trabalhistas	11	843
Estoques	6	73	113	Impostos a recolher	7	7.376
Impostos a recuperar	7	3.101	891	Dividendos a pagar	13	18.602
Créditos contratuais	16	99.532	87.362	Convênio Eletrobras	12	16.671
Despesas antecipadas	-	-	-	Impostos diferidos	20.1	46.704
Outros créditos	-	706	158	Obrigações contratuais	16	109.847
Total do ativo circulante		575.690	201.289	Outras contas a pagar	-	694
				Total do passivo circulante		553.767
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE		
Impostos diferidos	20.1	3.273	3.782	Impostos diferidos	20.1	7.503
Impostos a recuperar	7	45	4.336	Obrigações contratuais	16	44.100
Créditos contratuais	16	44.100	3.797	Provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais	14	317
Intangível	8	144.604	136.136	Convênio Eletrobras	12	71.982
Diferido	9	6.756	7.610	Total do passivo não circulante		123.902
Outros créditos	-	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	-
Total do ativo não circulante		198.785	155.661	Capital social		81.019
				Reservas de lucro		9.587
				Dividendos adicionais propostos		6.200
				Prejuízos acumulados		(4.824)
				Total do patrimônio líquido		96.806
TOTAL DO ATIVO		774.475	356.950	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		774.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendo mínimo obrigatório por ação)

	Nota explicativa	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	reserva legal			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011 (reapresentado)		78.391	-	-	(17.947)	60.444
Integralização de capital	13.1	2.628	-	-	-	2.628
Lucro do exercício	-	-	-	-	31.224	31.224
Constituição de reserva legal	13.2	-	905	-	(905)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1818 por ação)	-	-	-	-	(12.897)	(12.897)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	4.299	(4.299)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (reapresentado)		81.019	905	4.299	(4.824)	81.399
Pagamento de dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	(4.299)	-	(4.299)
Lucro do exercício	-	-	-	-	38.308	38.308
Constituição de:						
Reserva legal	13.2	-	1.674	-	(1.674)	-
Reserva de incentivo fiscal	20.2	-	-	7.008	(7.008)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,2622 por ação)	13.3	-	-	-	(18.602)	(18.602)
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	6.200	(6.200)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		81.019	2.579	7.008	6.200	96.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	15	1.267.756	651.887
CUSTO			
Custo dos produtos vendidos	18	(1.191.584)	(587.574)
Custo dos serviços de construção	18	(12.947)	(1.254)
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS		63.225	53.059
Despesas gerais e administrativas	18	(17.484)	(11.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	77	(271)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO RESULTADO FINANCEIRO		45.818	-41.553
Receita financeira	19	25.429	10.623
Despesas financeiras	19	(26.022)	(14.383)
Total		(593)	(3.760)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		45.225	37.793
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Impostos diferidos	20.1	(3.125)	(1.105)
Impostos correntes	20.2	(3.792)	(5.464)
Total		(6.917)	(6.569)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.308	31.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011 (reapresentado)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		38.308	31.224
Ajuste para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização do intangível e do diferido	8.9,18	5.971	6.865
Provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais	14	37	280
Constituição de impostos diferidos	20.1	34.585	6.349
Encargos provisionados - Convênio Eletrobras (Aumento) redução nos ativos operacionais:	12	6.517	7.659
Contas a receber		(254.984)	(60.605)
Estoques		40	232
Impostos a recuperar		(2.255)	(320)
Créditos contratuais		(52.473)	(87.362)
Despesas antecipadas		-	456
Outros créditos		(555)	544
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		267.860	54.455
Obrigações trabalhistas		522	45
Impostos a recolher		6.141	8.453
Obrigações contratuais		100.983	49.167
Outras contas a pagar		172	(696)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.223)	(1.493)
Encargos pagos	12	(2.513)	(2.189)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		139.133	23.064
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao intangível	8	(9.249)	(11.254)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(9.249)	(11.254)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização - Convênio Eletrobras	12	(8.301)	(6.846)
Adição - Convênio Eletrobras	12	142	382
Pagamento de dividendos	13.3	(17.196)	-
Integralização do capital social	13.1	-	2.628
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(25.355)	(3.836)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		104.529	7.974
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	14.944	6.970
No fim do exercício	4	119.473	14.944
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		104.529	7.974
Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	13.3	18.602	12.897
Reclassificação de critérios tributários para o ativo intangível	7, 8	4.336	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1 INFORMAÇÕES GERAIS
A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGAS ("Companhia") é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual no 2.325 de 08 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira.
A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxí-reductor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir de 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual no 3.690 de 21 de dezembro de 2011. Em 21 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Estadual no 3.690 que altera o termo inicial do prazo da concessão da CIGAS definido que a data final da concessão é de 31 de janeiro de 2040.
A Companhia assinou em 10 de junho de 2006 contrato com a Petrobras, com intervenção da Manaus Energia S.A., Eletrobrás e Eletrobras, de compra e venda de gás natural, o qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia de gás canalizado. Assinou neste mesmo data, contrato de fornecimento de gás natural para geração termelétrica, com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antteriormente denominada Manaus Energia S.A.), com intervenção da Petrobras, Eletrobrás e Eletrobras, pelo prazo de 20 anos, com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia.
Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a Companhia assinou, em dezembro de 2006, com Eletrobras, um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa no 12.
Em 19 de dezembro de 2005, a Companhia iniciou uma operação parcial de distribuição de gás natural, para atendimento ao Projeto Experimental de Uso de Gás Natural Veicular Zona Franca Verde, através de contratos de compra e venda de Gás Natural firmados com a Petrobrás Brasileiro S.A. - Petrobras. Em dezembro de 2010 a Companhia iniciou a maior parte de suas operações com a entrada dos ramais de distribuição de gás para as termoeletricas e durante o exercício de 2011 a Companhia aumentou o fornecimento de gás para as termoeletricas.
Em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras o terceiro aditivo do contrato de compra e venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade diária contratual, que segue uma curva de volume incremental de fornecimento do gás natural até 2014, ano em que fixa o valor de 5.500 m³ por dia.
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.
2.2 Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.3 Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações são apresentadas em reais - R\$ - a moeda funcional da Companhia.
2.4 Principais fontes de julgamento e estimativas
Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.
As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais; (iii) estimativa de fornecimento de gás para mensuração dos encargos do convênio Eletrobras; (iv) realização de créditos fiscais diferidos; (v) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.
2.5 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.6 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.7 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.8 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.9 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.10 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.11 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.12 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.13 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.14 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.15 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.16 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.17 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.18 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.19 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.20 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.21 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.22 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.23 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.24 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.25 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.26 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.27 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.28 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.29 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.30 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.31 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.32 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.33 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.34 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.35 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.36 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.37 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.38 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.39 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.40 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.41 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.42 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.43 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.44 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.45 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.46 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.47 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.48 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.49 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.50 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.51 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.52 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.53 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.54 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.55 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.56 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.57 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.58 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.59 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.60 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.61 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.62 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.63 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.64 Representação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
2.65 Representação das

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo:

	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	38.308
Absorção de prejuízos acumulados	(4.824)
Base para constituição de reservas	33.484
Constituição de reserva legal	(1.674)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(7.008)
Base de cálculo dos dividendos	24.802
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	-
Total de ações ordinárias e preferenciais	70.938,484
Dividendos mínimos por total de ações ordinárias e preferenciais - em R\$	0,2622

Amovimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Valor
Dividendos mínimos obrigatórios em 2011	12.897
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.897
Dividendos adicionais propostos em 2012	4.299
Pagamento de dividendos mínimos e adicionais relativos a 2011	(17.196)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2012	18.602
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.602

14.4 Dividendos adicionais propostos
A Administração decidiu, ad referendum da Assembleia Geral, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.200 relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Em 18 de abril de 2012 a Assembleia Geral ordinária aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração relativos ao exercício de 2011 no montante de R\$ 4.229.

14 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	157	79
Cíveis	-	54
Honorários de êxito	160	147
Total	317	280

14.1 Trabalhista
A Companhia é ré em processos trabalhistas movidos por ex-funcionários que reivindicam horas extras, compensações por desvio de funções, verbas rescisórias e outros. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são prováveis, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão para perda, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 montam R\$ 157 (2011, R\$ 79).

14.2 Cível
A Companhia é ré em processo de acidente automobilístico o qual é requerido indenização por danos morais e outros no montante de R\$ 58 (2011, R\$ 54). Com base na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda é possível, a Administração da Companhia decidiu por reverter provisão para perda anteriormente realizada em exercícios anteriores.

14.3 Honorários de êxito
A Companhia se defende de autos de infração movidos pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social – PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, os quais são considerados indevidos pela Administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os assessores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do auto, caso a Companhia obtivesse êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Administração e dos seus assessores jurídicos classificarem tais causas como remotas de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2012 montam R\$ 160 (2011, R\$ 147). Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.858 (2011, R\$ 1.370), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são possíveis, não registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2012, de 2011 e de 2010.

15 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta	-	-
Receita com venda	1.010.415	607.113
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay e margem	372.287	98.743
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	12.947	11.254
Total da receita	1.395.649	717.110
(-) Deduções:	-	-
PIS sobre vendas	(22.812)	(11.635)
COFINS sobre vendas	(105.081)	(53.588)
Total das deduções	(127.893)	(65.223)
Receita líquida	1.267.756	651.887

16 CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Créditos contratuais			
Take or pay - commodity	1.352	1.567	-
Ship or pay - transporte	90.917	52.304	-
Margem contratual	7.263	33.491	-
Direito de retirada de gás	21.356	1.918	99.625
Créditos contratuais	22.744	1.879	94.372
Total	143.632	91.159	193.997
Circulante	99.532	87.362	-
Não circulante	44.100	3.797	193.997
Obrigações contratuais			
Take or pay - commodity	-	1.560	-
Ship or pay - transporte	109.847	47.607	-
Obrigações contratuais	21.356	1.918	99.625
Obrigações de fornecimento de gás	22.744	1.879	94.372
Total	153.947	52.964	193.997
Circulante	109.847	49.167	-
Não circulante	44.100	3.797	193.997

Fornecedor Petróbras S.A.
Em 2006 a Companhia assinou contrato de compra e venda de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróbras S.A. que estabelecia, na cláusula nona, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não fosse atingido, a Companhia deveria pagar à Petróbras a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegurava o direito de recuperação de parte do volume durante o ano contratual e a outra parte do volume durante os 60 meses do prazo contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o volume mínimo de compra não atingido pela Companhia monta R\$ 21.356 (2011, 1.918) e, desta forma a Companhia registrou no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/"obrigações contratuais" a obrigação junto à Petróbras. Em contrapartida registrou o mesmo montante no grupo/conta "créditos contratuais"/"direito de retirada de gás" a qual representa o direito de recuperação.
Conforme mencionado na nota explicativa no 1 em 2011, as partes firmaram o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o ano de 2014.

Para 31 de dezembro de 2012, o volume mínimo de compra não atingido pela Companhia monta R\$ 109.847 (2011, R\$ 49.167) registrados no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/"take or pay – commodity" e "ship or pay – transporte" Cliente - Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diárias de gás. Caso este volume não seja atingido, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação, durante os 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2012, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de compra, e dessa forma a Companhia registrou no grupo/conta "créditos contratuais"/"créditos contratuais" o montante a ser recebido do cliente. Em contrapartida registrou o mesmo montante no grupo/conta "obrigações contratuais"/"obrigações de fornecimento de gás", qual representa a obrigação de fornecimento durante os anos seguintes, no montante de R\$ 22.744 (2011, R\$ 1.879).

Conforme mencionado na nota explicativa no 1, em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o ano de 2014. Para 31 de dezembro de 2012, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de compra e, dessa forma, a Companhia registrou nos grupos/contas "créditos contratuais"/"take or pay – commodity", "ship or pay – transporte" e "magem contratual", o montante de R\$ 99.532 (2011, R\$ 87.362).

17 COMPROMISSOS

A Companhia firmou contrato de locação da atual sede da Companhia na ordem de R\$ 460 ao ano com vencimento em 2013.

Para compromissos relativos a compra e venda de gás, vide nota explicativa no 16.

18 DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2012	2011
Costo do gás vendido	(840.775)	(521.420)
Costo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2)	(12.947)	(11.254)
Costo de cláusulas de take or pay / ship or pay	(345.692)	(60.140)
Amortização do intangível e do diferido	(5.971)	(6.865)
Despesas com pessoal	(8.177)	(4.353)
Serviços de terceiros	(3.783)	(2.362)
Aluguéis	(780)	(858)
Despesas gerais	(1.903)	(1.286)
Serviços públicos	(308)	(271)
Viagens	(708)	(365)
Materiais de uso e consumo	(508)	(230)
Impostos e taxas	(427)	(224)
Outros	41	(706)
Total	(1.221.938)	(610.334)
Classificado como:		
Costo dos produtos vendidos	(1.191.584)	(587.574)
Costo dos serviços de construção	(12.947)	(11.254)
Despesas gerais e administrativas	(17.484)	(11.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	77	(271)
Total	(1.221.938)	(610.334)

19 RESULTADO FINANCEIRO

Receita financeira	2012	2011
		(representado)
Receita por recebimento em atraso	23.189	9.473
Rendimento de aplicação financeira	2.223	584
Outras receitas financeiras	17	566
Total de receitas financeiras	25.429	10.623
Juros por pagamento em atraso	(19.178)	(6.583)
Encargos Eletrobras	(6.666)	(7.659)
Outras despesas financeiras	(178)	(141)
Total	(26.022)	(14.383)
Total do resultado financeiro	(593)	(3.760)

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Ativo	31/12/2012	31/12/2011
		(representado)
Prejuízo fiscal	-	1.530
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	-	383
Base negativa	-	1.530
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Impostos diferidos sobre base negativa	-	138
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	317	280
Provisão para perda de crédito	9.311	9.311
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Impostos diferidos sobre provisões temporárias	3.273	3.261
Total dos impostos diferidos	3.273	3.782
Passivos		
Impostos diferidos	31/12/2012	31/12/2011
		(representado)
PIS e COFINS (A)	46.704	15.244
IRPJ e CSLL sobre ajustes de RTT (B)	980	741
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	6.523	4.146
Total	54.207	20.131

(A) A Companhia constituiu tributos e contribuições sociais diferidos calculados sobre o lucro não realizado nas operações de distribuição de gás junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. de acordo com o artigo no 409 do decreto 3.000 de 26 de março de 1999.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativa a ajustes oriundos do regime tributário de transição normatizado pela Secretaria da Receita Federal que disciplinou a tributação das novas normas contábeis advinda da Lei no 11.638/07 e dos consequentes pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. O ajuste foi relativo a amortização do intangível conforme explicado na nota explicativa no 8.

Na constituição dos impostos diferidos ativos e passivos foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa) e a alíquota efetiva de 15,25% para aqueles que afetam lucro real e o lucro da exploração.

Resultado
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	2012	2011
		(representado)
Constituição (reversão) de imposto de renda e contribuição social ativo	(509)	3.782
Reversão (constituição) de imposto de renda e contribuição social passivos	(2.616)	(4.887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	(3.125)	(1.105)
PIS e COFINS diferidos passivos	(31.460)	(15.244)
Total de tributos diferidos registrados no resultado	(34.585)	(16.349)

O PIS e COFINS diferido foram registrados na demonstração do resultado do exercício no montante de R\$ 31.460 (2011, R\$ 15.244) na linha de deduções de vendas que compõe a receita líquida.

20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.225	37.793
Alíquotas nominais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	(15.377)	(12.850)
Compensação de créditos fiscais anteriormente não constituídos	-	7.256
Incentivo fiscal do lucro da exploração	7.008	-
Outros	1.452	(975)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(6.917)	(6.569)

A Medida Provisória no 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação do ICPC01, vide nota explicativa no 3.3 e 3.9.3

Abaixo apresentamos o saldo de prejuízo fiscal da companhia:

Saldo de prejuízo fiscal e base negativa:	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.636
Compensação	(7.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.530
Compensação	(1.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

21 PARTES RELACIONADAS

11.1 Remuneração da administração
Aremuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é representada abaixo:

Descrição	2012	2011
Honorários e encargos sociais	695	436

A Companhia não propicia a seus administradores benefícios de pós-emprego a longo prazo. Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

22 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
	R\$	
Responsabilidade civil de administradores	10.000	01/10/2013
Responsabilidade civil geral	25.000	10/12/2013
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	118.150	11/12/2013

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Devido às características das operações da Companhia a mesma concentra mais de 99% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 6 termoeletricas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Até 1 ano	Entre 1 e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2012	a.a.					
Fornecedores e outras contas a pagar	n/a	353.724	-	-	-	353.724
Convênio Eletrobras	1,71%	14.981	14.981	44.942	13.749	88.653
		368.705	14.981	44.942	13.749	442.377
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores e outras contas a pagar	85.692	-	-	-	85.692	
Convênio Eletrobras	1,71%	13.410	13.410	40.231	25.755	92.808
		99.102	13.410	40.231	25.755	178.500

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2012 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as projeções do mercado. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde a avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.
Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados seriam positivos.

	Saldos	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
Aplicações financeiras		queda do CDI	(283)

Para expectativa do saldo das aplicações financeiras ao final do exercício foi considerado as taxas futuras da SELIC de 7,25%, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano.

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e de 2010, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

24 AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 2 de abril de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS Manaus - AM
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS ("Companhia"),